



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO
GABINETE



E.M.

Nº /13-GAB/SEPLAN

Brasília, 13 de setembro de 2013.

Excelentíssimo Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2014”, nos termos dos artigos 149 e 150, § 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, observadas as diretrizes orçamentárias constantes da Lei nº 5.164, de 26 de agosto de 2013, bem como as da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - LRF.

Na sua elaboração cuidou-se de manter a compatibilidade com as estratégias e diretrizes do Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015 e atender as decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal que tratam da matéria. Sua composição preserva os limites constitucionais relativos às despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, ações e serviços públicos de saúde, ciência e tecnologia, apoio à cultura e reserva de contingência, além do limite prudencial para pessoal e encargos sociais e serviço da dívida.

De acordo com o disposto no art. 149, §§ 4º e 5º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o projeto é composto pelos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os poderes do Distrito Federal, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, sendo que, neste último, estão relacionadas as despesas com saúde, previdência e assistência social. Também faz parte do projeto de lei o Orçamento de Investimento das empresas estatais em que o Distrito Federal, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

A presente proposta totaliza R\$ 23.394.043.343,00 (vinte e três bilhões, trezentos e noventa e quatro milhões, quarenta e três mil, trezentos e quarenta e três reais), dos quais R\$ 21.451.120.635,00 (vinte e um bilhões, quatrocentos e cinquenta e um milhões, cento e vinte mil, seiscentos e trinta e cinco reais) referem-se aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e R\$ 1.942.922.708,00 (um bilhão, novecentos e quarenta e dois milhões, novecentos e vinte e dois mil, setecentos e oito reais), ao Orçamento de Investimento das empresas estatais não dependentes de recursos do Tesouro do Distrito Federal para sua manutenção e funcionamento.

À sua Excelência o Senhor

AGNELO QUEIROZ

Governador do Distrito Federal

N E S T A



Da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Receita do Fundo Constitucional do Distrito Federal

Preliminarmente, é importante acrescentar que, às receitas locais, somam-se os valores do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, constantes do Orçamento Geral da União, fixados em de R\$ 11.664.812.281,00 (onze bilhões, seiscentos e sessenta e quatro milhões, oitocentos e doze mil, duzentos e oitenta e um reais), destinados ao custeio das despesas da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, bem como à assistência financeira às áreas de Educação e de Saúde do Distrito Federal, na forma do art. 21, inciso XIV, da Constituição Federal de 1988, conforme demonstrado em anexo específico constante deste projeto de lei.

Para o exercício de 2014, a expectativa é que a receita total dos orçamentos fiscal e da seguridade social cresça 13,03%, comparativamente à previsão orçamentária para o ano de 2013. Já no Fundo Constitucional do Distrito Federal, a variação alcançou aproximadamente 9,07% em relação aos valores fixados para o exercício de 2013.

Receitas Tributárias

Os valores oriundos da arrecadação das receitas distritais destinam-se às programações constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para o ano de 2014 e apresentam um acréscimo da ordem de 16,64% em relação Lei Orçamentária de 2013, em termos nominais.

Essa evolução é resultado do esforço fiscal do Governo do Distrito Federal no sentido de tornar mais efetivo os mecanismos de recuperação de receitas, por meio dos programas de renegociação das dívidas, aumento da eficiência nos processos de fiscalização e ampliação da base tributária nas áreas em que o Distrito Federal tenha atuação.

O ICMS e ISS, que são os maiores impostos, tem variação explicada pelo nível de atividade econômica, medido pelo PIB trimestral nominal, a preços de mercado. Assim, a estimativa para o exercício de 2014 do ICMS alcança R\$ 6.921.813.240,00 (seis bilhões, novecentos e vinte e um milhões, oitocentos e treze mil, duzentos e quarenta reais) e a do ISS, por sua vez, R\$ 1.482.762.362,00 (um bilhão, quatrocentos e oitenta e dois milhões, setecentos e sessenta e dois mil, trezentos e sessenta e dois reais). Acrescenta-se a isso o imposto de renda retido na fonte, cuja evolução é influenciada pelas nomeações de servidores e reajustes salariais.

A estimativa do IPTU considera, além do aumento da base de arrecadação, com o incremento de novas áreas residenciais, também os novos programas de incentivos fiscais que têm se mostrado efetivos quanto aos resultados esperados e quanto aos incrementos de receitas. O IPTU deve alcançar R\$ 632.730.950,00 (seiscentos e trinta e dois milhões, setecentos e trinta mil, novecentos e cinquenta reais).



Já para o IPVA, cabe destacar a diminuição da inadimplência neste ano devido à continuidade da parceria com órgãos de segurança visando uma fiscalização efetiva, inclusive com a inscrição de devedores nos órgãos de proteção ao crédito, com vistas a combater a inadimplência. Assim, espera-se alcançar uma arrecadação de R\$ 750.236.611,00 (setecentos e cinquenta milhões, duzentos e trinta e seis mil, seiscentos e onze reais).

Das Despesas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Em relação à programação da despesa por categoria de gasto, conforme já divulgado pelo Governo do Distrito Federal, destaca-se o custo das despesas de pessoal e encargos sociais, incluídos os encargos previdenciários constantes do Regime Próprio de Previdência Social, estimado em R\$ 10.008.768.573,00 (dez bilhões, oito milhões, setecentos e sessenta e oito mil, quinhentos e setenta e três reais).

As outras despesas correntes, em função da necessidade de compor a maioria das despesas das áreas essenciais do Governo foram revisadas e apresentam-se nos valores possíveis e necessários à manutenção e ao funcionamento da máquina pública e, especialmente, à ampliação dos benefícios sociais, além de compor o rol dos Projetos Estruturantes do Distrito Federal, as quais totalizam R\$ 4.810.422.315,00 (quatro bilhões, oitocentos e dez milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, trezentos e quinze reais).

Somente para exemplificar, no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento, o Programa de Racionalização e Redução do Gasto, implementado nesta gestão, promoveu renegociação de contratos, compras coletivas, redução dos contratos emergenciais e a racionalização dos recursos públicos. Essas medidas possibilitaram que a Secretaria reduzisse em R\$ 56 milhões suas despesas administrativas. A meta é expandir esse modelo de gestão para todo governo e reduzir os gastos com o custeio da Administração Pública como um todo, possibilitando, assim, a realização dos investimentos necessários para o Distrito Federal.

A dívida pública consumirá cerca de R\$ 328.892.000,00 (trezentos e vinte e oito milhões, oitocentos e noventa e dois mil reais) entre o pagamento de juros e amortização, considerando contratos firmados e operações de crédito a contratar, com impacto no exercício de 2014, dentro da margem para contratação de novas operações de crédito, nos termos, valores e limites estabelecidos em resoluções do Senado Federal.

A fim de concluir e viabilizar os investimentos que a capital federal necessita foram previstos recursos da ordem de R\$ 5.097.600.255,00 (cinco bilhões, noventa e sete milhões, seiscentos mil, duzentos e cinquenta e cinco reais). Esta necessidade se faz presente em relação à dinâmica da cidade e da busca de oportunidades. Entretanto, como os recursos do Tesouro nem sempre se fazem presentes nos montantes devidos, o Governo tem se valido de alternativas de contratos de financiamento, como o estabelecimento de parcerias com o setor privado, consórcios públicos e convênios com Governo Federal.

São contratos nas áreas de Habitação, a exemplo do Setor Habitacional Mangueiral, e na de Gestão Pública, com a conclusão do novo Centro Administrativo, cuja implantação irá permitir a redução de custos e eficiência da máquina governamental, estimada em aproximadamente



20% das despesas de custeio, a partir da racionalização de gastos com alugueis, telefonia, energia elétrica, dentre outros.

Outras parcerias com o setor privado estão em fase avançada de estudos de viabilidade, para fins de consolidação, buscando por meio desta modalidade a obtenção de mecanismos mais inovadores para projetos necessários à realização de novos investimentos na Capital da República.

É com esse esforço que está sendo possível viabilizar um conjunto de ações, que em parceria com o Governo Federal, irão alavancar os investimentos de diversos setores da economia local, em consonância com as políticas públicas nacionais, denominado de **Projetos Estruturantes do Distrito Federal - PEDEF**, cuja apresentação consolidada encontra-se disposta em demonstrativo específico, “demonstrativos complementares”, que acompanha o projeto de lei orçamentária para 2014.

Referidos projetos estarão voltados para áreas de grande interesse da população, como mobilidade urbana, educação, saúde e segurança pública.

Os investimentos na área social também serão contemplados com um aporte de recursos expressivo no próximo ano. Serão destinados recursos para programas como DF Sem Miséria, DF Alfabetizado, Fábrica Social, Viva a Vida Sem Drogas, e outros relacionados à assistência social e à juventude.

Com relação à transparência de que trata o art. 48 da LRF, bem como o art. 12 da Lei nº 5.164, de 26 de agosto de 2013, LDO - 2014, importa destacar a participação da população nas audiências públicas, promovidas por esta Secretaria, que antecederam o processo de elaboração da Proposta Orçamentária para 2014, por meio das quais foram incorporadas sugestões e definidas ações de governo a partir de demandas da população, conforme anexo específico constante deste Projeto, decorrente do Orçamento Participativo.

Todo o processo foi efetuado em estrita observância à legislação vigente, observando as decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal e limitações ainda persistentes quanto à estruturação e metodologia no processo de elaboração dos Projetos de Leis Orçamentárias Anuais, como é o caso das ações relacionadas no anexo de metas e prioridades, constante da LDO/2014.

Resta mencionar a redação proposta para o art. 8º, que autoriza a abertura de créditos suplementares, por ato próprio do Executivo, nos casos em que menciona. O Poder Executivo necessita de maior flexibilidade na execução do orçamento, para atender as sempre prementes demandas sociais e outras, com possibilidades de adequações capazes de intervir e sanar possíveis desequilíbrios, além de reforçar programações, eventualmente necessitadas, de modo a assegurar o efetivo desenvolvimento das ações governamentais.

A LRF preceitua que uma gestão fiscal responsável, pressupõe ações planejadas e flexíveis na execução, prevenindo riscos e corrigindo desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Assim, a capacidade de remanejamento de recursos para o reforço de determinadas programações orçamentárias é imprescindível para a administração da coisa pública.



É imperativo, ainda, ressaltar a destinação de recursos para as despesas obrigatórias de caráter continuado (classificadas como constitucionais ou legais), cuja execução requer uma efetiva atenção, haja vista o seu caráter obrigatório de execução por mais de dois exercícios. Por ser essencial, não deve sofrer limitações relacionadas a ajustes orçamentários no exercício. Tais despesas têm prioridade na alocação de recursos.

A autorização para remanejamento dos saldos remanescentes por decreto, sem afetar o limite, garante o controle da execução necessária ao atendimento integral da despesa tipificada.

No que se refere a ações priorizadas por meio de emendas parlamentares, no anexo de metas e prioridades da LDO- 2014, optou-se por consignar apenas valores simbólicos, com vistas a que o Legislativo distrital aporte os recursos necessários, haja vista que não foram estabelecidas pelo Executivo, sobretudo por falta de suficiência orçamentária.

Diante do exposto, e considerando a conjuntura econômica e a situação fiscal em que se encontra o Distrito Federal, objetivando a manutenção das ações consolidadas de competência deste órgão central de planejamento e orçamento, necessário se faz solicitar a Vossa Excelência o encaminhamento do anexo Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2014, à Câmara Legislativa do Distrito Federal impreterivelmente, nesta data, de forma a cumprir o mandamento constante do art. 150, § 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Respeitosamente,

LUIZ PAULO BARRETO
Secretário